



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo
Divisão de Administração e Logística
Serviço de Licitações e Contratos
Equipe de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

LICITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 10154.062202/2025-10)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de transporte/carga e descarga e guarda de bens móveis como fiel depositário, incluindo serviços complementares de chaveiro, retirada de móveis/entulhos remanescentes e limpeza do imóvel, em atendimento a ação de reintegração de posse de imóvel sito à Pça. da República, 287/299 – Centro – São Paulo/SP, para a Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo - SPU/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM ÚNICO				
ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Contratação de serviços de transporte/carga e descarga e guarda de bens móveis como fiel depositário, incluindo serviços complementares de chaveiro, retirada de móveis/entulhos remanescentes e limpeza do imóvel, em atendimento a ação de reintegração de posse de imóvel sito à Pça. da República, 287/299 – Centro – São Paulo/SP para a Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo - SPU/SP	3263 - TRANSPORTE RODOVIARIO - CARGAS / ENCOMENDAS	serviço	1	R\$ 176.666,67

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois consiste em atividade disponível no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021. Não há necessidade de emprego de técnicas especializadas ou soluções customizadas, sendo possível estabelecer critérios claros e padronizados no edital.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço acompanhada da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 conforme detalhamento abaixo:

1.4.1. **Das rotinas de planejamento, mobilização e execução da reintegração de posse (itens 5.4.1 e 5.4.2 deste Termo de Referência):** 7 (sete) dias.

1.4.2. **Da rotinas de pós-reintegração de posse, serviços complementares e de guarda e fiel depositário dos bens (itens 5.4.3, 5.4.4 e 5.4.5 deste Termo de Referência):** período de até 30 (trinta) dias.

1.4.3. **Da elaboração do relatório consolidado (item 5.4.6 deste Termo de Referência):** 3 (três) dias do término do período acima.

1.4.4. **Do prazo de recebimento definitivo (item 7.3 deste Termo de Referência):** 5 (cinco) dias.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo III deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00489828000155-0-000007/2026

II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2025

III) Id do item no PCA: 195

IV) Classe/Grupo: 643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

V) Identificador da Futura Contratação: 170131-103/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo III deste Termo de Referência e neste Termo de Referência.

Descrição da solução contratada:

3.2. Os serviços serão realizados em 2 (duas) etapas conforme descritos abaixo:

SERVIÇOS DA ETAPA 1:

3.3. Transporte e Logística

3.3.1. Remoção e transporte dos bens móveis, roupas, objetos e utensílios dos ocupantes entre o imóvel objeto da reintegração para os endereços indicados pelas famílias, dentro da região da Grande São Paulo num raio de 30 (trinta) km do endereço do imóvel objeto da reintegração.

3.3.2. Disponibilização de caminhões tipo baú com equipe completa no local da reintegração e em quantidade suficiente para a execução dos serviços, considerando o número estimado de 132 (cento e trinta e duas) famílias, na data da reintegração de posse e pelo período de 4 (quatro) dias que antecedem a data oficial (reintegração solidária). Entende-se por reintegração solidária quando o ocupante do imóvel decide sair por vontade própria, antes da data oficial de reintegração de posse do imóvel.

3.3.3. Mão de obra necessária para carga/descarga e desmontagem de móveis, quando necessário.

3.3.4. Acondicionamento dos bens de forma segura para evitar-se perdas e/ou avarias, com o fornecimento das embalagens para preservação dos bens.

3.3.5. Registro e confirmação da entrega dos bens transportados nos endereços indicados pelas famílias.

3.4. Serviços Complementares

3.4.1. Serviços de chaveiro para abertura de porta/portões do imóvel e/ou demais portas das unidades habitacionais dentro do prédio principal, com possibilidade de troca de segredo ou tranca, se houver necessidade. Substituição de segredo de fechadura e/ou tranca da porta/portão principal do imóvel, se necessário.

3.4.2. Retirada de móveis/entulhos remanescentes, incluindo a limpeza do imóvel, após a saída dos ocupantes e destinação/descarte destes itens em local apropriado.

3.4.3. Coordenadores/supervisores em quantidade suficiente para acompanhar e garantir o sucesso da operação.

SERVIÇOS DA ETAPA 2:

3.5. Guarda e fiel depositário dos bens

3.5.1. Guarda segura dos objetos/móveis transportados em galpão/guarda-móveis/armazém adequado.

3.5.2. Constituição formal de Fiel Depositário a funcionário representante da empresa contratada, com responsabilização pelos bens das famílias que não tiveram endereço fixo para encaminhamento dos pertences ou para os casos em que os ocupantes não se encontrarem no imóvel no momento da reintegração / remoção, **pelo período de até 30 (trinta) dias**, sem qualquer custo adicional ao Contratante ou às famílias.

3.5.3. Elaboração de relatório consolidado contendo o inventário/identificação dos bens, sob acompanhamento do Oficial de Justiça na data oficial da reintegração de posse.

3.6. O item 5.4 deste Termo de Referência contém mais informações sobre os serviços.

3.7. Responsabilidades do Contratado:

3.7.1. O Contratado deverá manter comunicação com o Contratante durante todas as fases da operação.

3.7.2. O Contratado será responsável pela movimentação dos bens desde os pavimentos internos,

independente do andar em que estiverem alocados, até os caminhões tipo baú.

3.7.3. Caso o ocupante da unidade reintegrada apresente endereço para a entrega dos móveis, dentro do perímetro de execução desse objeto, a empresa contratada executará o transporte para o local indicado, sem nenhum ônus ao proprietário dos bens transportados, dispensando-se os serviços de guarda-móveis e fiel depositário.

3.7.4. O Contratado não poderá realizar o transporte dos bens para endereços que, comprovadamente ou mediante ciência prévia, estejam ocupados irregularmente ou em situação similar à do imóvel objeto da reintegração. Nesses casos, os bens deverão ser encaminhados ao galpão/guarda-móveis/armazém do Contratado, onde permanecerão sob sua responsabilidade como fiel depositário, conforme previsto no escopo da contratação e previsão dos artigos 627 e posteriores do Código Civil.

3.7.5. Realizar, sem qualquer ônus adicional ao Contratante, o reenvio ou retirada de cargas e/ou materiais transportados ou armazenados que apresentem divergências em relação às especificações previamente acordadas, incluindo erros de acondicionamento, identificação, manuseio, itinerário ou qualquer outra característica que comprometa a conformidade com os requisitos estabelecidos pelo Contratante.

3.7.6. Garantir substituição imediata de veículo(s) em caso de pane, impossibilidade de funcionamento ou qualquer outra ocorrência, a fim de não comprometer a execução dos serviços, bem como zelar para que a documentação do(s) motorista(s) que tomará(ão) parte na execução dos serviços esteja regular perante os órgãos de trânsito competentes.

3.7.7. Responsabilizar-se integralmente por eventuais multas de trânsito, infrações legais, bem como por quaisquer intercorrências envolvendo seus funcionários, prepostos ou equipe designada para a execução dos serviços de transporte e armazenagem, não cabendo ao Contratante qualquer ônus decorrente dessas situações.

3.7.8. Ressarcir as despesas decorrentes da perda, extravio ou dano dos bens móveis, na prestação dos serviços, sem qualquer ônus ao Contratante.

3.7.9. Na hipótese de não retirada dos pertences pelos respectivos proprietários no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de armazenamento, o Contratante estará isento de qualquer custo adicional relacionado à armazenagem e permanência dos bens no galpão/armazém do Contratado.

3.7.10. Concluído o prazo de 30 (trinta) dias sem que os proprietários realizem a retirada dos bens armazenados, caberá ao Contratado:

3.7.10.1. Adotar as medidas legais cabíveis para consulta ao juiz competente quanto à destinação dos bens (descarte, doação ou outra forma autorizada judicialmente).

3.7.10.2. Executar toda a logística necessária para o cumprimento da decisão judicial, incluindo transporte, descarte ambientalmente adequado ou entrega para doação, conforme determinado pelo juiz, sem ônus adicional ao Contratante.

3.7.11. As ações descritas nos subitens anteriores deverão ser realizadas sem qualquer custo adicional para o Contratante, sendo tais obrigações parte integrante da prestação dos serviços contratados.

3.8. Nos valores orçados pelo Contratado deverão estar incluídas as despesas de combustível, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, despesas de alimentação e/ou outras despesas decorrentes da prestação de serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber.

4.1.1. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade, quando couber, previstos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

4.1.2. Além disso, espera-se que o Contratado adote diretrizes sustentáveis que observe os seguintes impactos em seus processos:

4.1.2.1. Procedimentos/processos com menos impacto sobre os recursos naturais.

4.1.2.2. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água, energia e combustíveis.

4.1.2.3. Adequada destinação ambiental de resíduos decorrentes do serviço prestado de acordo com as diretrizes estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. Não dispor os resíduos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.2.4. Sempre que possível, utilize embalagens, equipamentos ou insumos que sejam recicláveis, reutilizáveis ou provenientes de material reciclado.

4.1.2.5. Comprometimento com os recursos humanos empregados.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.1. serviço de guarda dos objetos/bens como fiel depositário.

4.3.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.3.3. serviços para a reintegração: transporte (carga/descarga, ajudantes), acondicionamento, embalagem e serviço de chaveiro.

4.3.4. serviços de limpeza do imóvel (retirada de entulhos e descarte em local apropriado).

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9. Será facultada ao interessado a realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços, com o objetivo de conhecer as condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. A vistoria poderá ser acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h ou das 14h às 17h, mediante agendamento pelo e-mail: apoiospusp@gestao.gov.br

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços dependerá de autorização do representante da associação dos ocupantes do imóvel a ser reintegrado.

4.12. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo IV do Termo de Referência.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Local de armazenagem dos bens

4.14. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados, que o fornecedor possua ou venha a instalar no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado a partir da vigência do contrato, galpão ou armazém, próprio ou locado especificamente para este fim, localizado na cidade de São Paulo ou na região metropolitana, num raio de até 30km do endereço da reintegração. Tal exigência visa garantir a facilidade de acesso e retirada dos bens por seus respectivos proprietários.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. **Início da execução do objeto:** a data e horário do início da prestação dos serviços serão informados pelo Contratante por meio de emissão de **Ordem de Serviço (OS)**, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência da data oficial da reintegração de posse, de modo a permitir o adequado planejamento e mobilização dos recursos necessários para a realização das atividades previstas.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: constam no item 5.4 deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. **Os serviços serão prestados no seguinte endereço:** imóvel sito à Pça. da República, 287/299 – Centro – São Paulo/SP.

5.3. **Os serviços serão prestados no seguinte horário:** a ser definido pela Administração, com base na data e horário definidos para a reintegração de posse do imóvel.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

SERVIÇOS DA ETAPA 1:

Dentro do prazo de 7 (sete) dias:

5.4.1. Planejamento e Mobilização da Reintegração da Posse

- 5.4.1.1. Confirmação do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo Contratante.
- 5.4.1.2. Levantamento da estrutura logística necessária, considerando o número estimado de 132 (cento e trinta e duas) famílias.
- 5.4.1.3. Em até 48 (quarenta e oito) horas da emissão da Ordem de Serviço (OS), disponibilização dos veículos, equipe de apoio e coordenadores, para a reintegração solidária pelo período de 4 (quatro) dias que antecedem a data oficial da reintegração de posse, em quantidade suficiente para a execução dos serviços.
- 5.4.1.4. Remoção e transporte dos bens móveis, roupas, objetos e utensílios dos ocupantes entre o imóvel objeto da reintegração e os endereços indicados pelas famílias, dentro da região da Grande São Paulo num raio de 30 (trinta) km do endereço do imóvel objeto da reintegração.

5.4.2. Execução da Reintegração de Posse

- 5.4.2.1. Disponibilização dos caminhões tipo baú, com a equipe completa no local da reintegração, devidamente identificados, incluindo motoristas, ajudantes, coordenadores, chaveiro e representante oficial da empresa na data oficial de posse da reintegração, em quantidade suficiente para a execução dos serviços.
- 5.4.2.2. Serviço de chaveiro para abertura do portão do imóvel e/ou demais portas das unidades habitacionais dentro do prédio principal, se necessário.
- 5.4.2.3. Desmontagem, acondicionamento dos bens de forma segura para evitar perdas e/ou avarias com o fornecimento de embalagens para preservação dos bens.
- 5.4.2.4. Movimentação (carga), transporte e descarga dos bens dos ocupantes para os endereços indicados, dentro da região da Grande São Paulo num raio de 30 (trinta) km do endereço do imóvel objeto da reintegração.
- 5.4.2.5. Registro e confirmação da entrega dos bens nos respectivos destinos indicados pelas famílias conforme relatório constante no Anexo VII deste Termo de Referência.
- 5.4.2.6. Acompanhamento integral de toda a operação por coordenadores/supervisores do Contratado.

Dentro do prazo de 30 (trinta) dias:

5.4.3. Pós-reintegração de Posse e serviços complementares

- 5.4.3.1. Serviço de chaveiro para substituição de segredo de fechadura e/ou tranca da porta/portão principal do imóvel, se necessário.
- 5.4.3.2. Retirada de móveis/entulhos remanescentes com descarte ambientalmente adequado e limpeza do imóvel, em até 2 (dois) dias úteis da data oficial da reintegração de posse.

SERVIÇOS DA ETAPA 2:

5.4.4. Guarda e Fiel Depositário dos Bens

- 5.4.4.1. Inventário/identificação dos bens com etiquetas que serão direcionados ao galpão/guarda-móveis na data oficial da reintegração de posse, sob acompanhamento do Oficial de Justiça.
- 5.4.4.2. Guarda segura dos objetos/móveis transportados em galpão/guarda-móveis/armazém adequado do Contratado.
- 5.4.4.3. Constituição formal de fiel depositário a funcionário representante da empresa contratada,

com responsabilização pela guarda e preservação dos bens das famílias que não tiverem endereço fixo para encaminhamento dos pertences ou para os casos em que o ocupante não se encontrar no imóvel no momento da reintegração/ remoção, com responsabilização pelos bens **pelo período de até 30 (trinta) dias**, sem qualquer custo adicional ao Contratante e/ou aos proprietários deles.

5.4.4.4. Acompanhamento do prazo de retirada dos bens pelos proprietários.

Após o período de até 30 (trinta) dias:

5.4.5. Na hipótese de não retirada dos pertences pelos respectivos proprietários no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de armazenamento, o Contratado deverá observar os itens 3.7.8 a 3.7.10 deste termo.

5.4.6. Elaboração de relatório consolidado contendo o inventário final dos bens, comprovantes de entrega ou destinação, registros fotográficos, comprovando o encerramento da guarda, em até 3 (três) dias do término do período de até 30 (trinta) dias acima descrito, conforme Anexo VIII deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Caixas de papelão reforçadas de diversos tamanhos, sacos plásticos resistentes, plástico bolha para proteção de itens frágeis, fitas adesivas, etiquetas de identificação e marcadores permanentes.

5.5.2. Caminhões tipo baú com capacidade adequada e em número suficiente para atender aproximadamente 132 (cento e trinta e duas) famílias, bem como veículo(s) de apoio para descarte ambientalmente adequado dos itens não reaproveitáveis.

5.5.3. Ferramentas básicas para desmontagem de móveis.

5.5.4. Equipamentos de proteção individual (EPIs) para todos os trabalhadores envolvidos.

5.5.5. Galpão/guarda-móveis com estrutura segura, coberta e ventilada, para armazenamento dos bens.

5.5.6. Ferramentas e demais itens necessários para abertura de portões/portas e troca de segredos/trancas de fechaduras.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Atendimento à determinação judicial de reintegração de posse de imóvel situado à Pça. da República, 287/299 – Centro – São Paulo/SP.

5.6.2. Imóvel com 13 (treze) pavimentos (subsolo técnico, térreo, mezanino e mais 10 (dez) pavimentos), 5.588m² de área construída em terreno de 640m².

5.6.3. Pavimentos subdivididos em residências/unidades habitacionais.

5.6.4. Quantidade estimada de famílias: 132 (cento e trinta e dois) famílias.

5.6.5. Data da reintegração de posse a definir.

5.6.6. As obrigações do Contratado constam nos itens 3.7 a 3.8 deste Termo de Referência, além das elencadas no item 4 do Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato, a este Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados.

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado após o recebimento dos relatórios conforme Anexo VII e VIII deste Termo de Referência, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.3.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.3.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.3.3.1. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento.

7.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade.
- II) a data da emissão.
- III) os dados do contrato e do órgão contratante.
- IV) o período respectivo de execução do contrato.
- V) o valor a pagar.
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

7.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20.1. O pagamento dos serviços da ETAPA 1 (item 5 deste Termo de Referência), correspondente a 90% (noventa por cento) do valor total da contratação, depende da apresentação do relatório constante no Anexo VII do Termo de Referência pelo Contratado para posterior ateste do serviço pelo fiscal do contrato do Contratante. O fiscal terá, ao menos, 2 (dois) dias úteis para análise do relatório para posterior ateste do serviço.

7.20.2. O pagamento dos serviços da ETAPA 2 (item 5 deste Termo de Referência), correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, depende da apresentação do relatório constante no Anexo VIII do Termo de Referência para posterior recebimento definitivo do serviço pelo fiscal do contrato do Contratante. O fiscal terá, ao menos, 2 (dois) dias úteis para análise do relatório para posterior ateste do serviço.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/10/2025.

7.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.29. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.30. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.31. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.34. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.34.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.34.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.35. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Será aplicada multa moratória, para as infrações descritas no item “d”, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

8.2.4.1.1. Caso o atraso ocorra por período superior a 30 (trinta) dias, será aplicada multa compensatória, em substituição à multa moratória prevista no item 8.2.4.1, para a infração descrita na alínea “d” (retardamento injustificado da execução ou da entrega), no percentual de 3% (três por cento) a 6% (seis por cento) do valor global do contrato. Para fins de dosimetria, considera-se: leve de 3% a 4%; médio de 4,01% a 5% e grave de 5,01% a 6%.

8.2.4.2. Será aplicada multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor total do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. Para fins de dosimetria, considera-se: leve: o atraso de 1 (um) a 5 (cinco) dias, correspondente a 0,07% a 0,35%; médio: o atraso de 6 (seis) a 15 (quinze) dias, correspondente a 0,42% a 1,05% e grave: o atraso de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias, correspondente a 1,12% a 2%.

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso i do art. 137 da lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Será aplicada multa compensatória de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor global do contrato para a inexecução parcial do contrato, prevista na alínea “a”. Para fins de dosimetria, considera-se: leve: de 1% a 1,66% ; médio de 1,67% a 2,33% e grave de 2,34% a 3%.

8.2.4.4. Será aplicada multa compensatória de 3% (três por cento) a 6% (seis por cento) do valor global do contrato para a inexecução parcial com grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, prevista na alínea “b”. Para fins de dosimetria, considera-se: leve de 3% a 4%; médio de 4,01% a 5% e grave: de 5,01% a 6%.

8.2.4.5. Será aplicada multa compensatória de 6% (seis por cento) a 8% (oito por cento) do valor global do contrato para a inexecução total, prevista na alínea “c”. Para fins de dosimetria, considera-se: leve: de 6,0% a 6,66%; médio de 6,67% a 7,33% e grave de 7,34% a 8%.

8.2.4.6. Será aplicada multa compensatória de 8% (oito por cento) a 10% (dez por cento) do valor global do contrato para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”. Para fins de dosimetria, considera-se: leve de 8% a 8,66%; médio de 8,67% a 9,33% e grave de 9,34% a 10%.

8.2.4.7. Em qualquer caso, a multa mínima final calculada não será inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato.

8.2.4.8. Será utilizada a Planilha de Cálculo de Dosimetria constante no Anexo VI deste Termo de Referência e conforme IN SSC/MGI nº 217, de 23 de dezembro de 2024.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto.
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante.
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da

consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Longo Prazo} \quad \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de limitado a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência do fornecedor na prestação dos serviços similares quanto às suas características, ou seja, em desapropriação de imóvel similar, com área mínima de 1.117 (um mil cento e dezessete) metros quadrados, ou com o quantitativo mínimo de 26 (vinte e seis) famílias.

9.31.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da

legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Declaração formal da licitante informando que possui, ou que providenciará, galpão ou armazém, próprio ou locado, situado na cidade de São Paulo ou na região metropolitana, num raio de até 30 (trinta) km do endereço da reintegração, destinado à guarda dos bens sob sua responsabilidade como fiel depositário, conforme Anexo V deste Termo de Referência.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

- 9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.
- 9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- 9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 9.40.6.1. ata de fundação.
- 9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.
- 9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
- 9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias.
- 9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.
- 9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.
- 9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 176.666,67 (cento e setenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: 170151
 - II) Fonte de recursos: 0001;
 - III) Programa de trabalho: 233332
 - IV) Elemento de despesa: 3.3.90.39
 - V) Plano interno: 4620U402SPU

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 12.2. Integram este Termo de Referência os seguintes anexos
- Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (SEI 57718863).
- Anexo II - Termo de Ciência e Concordância (SEI 57719037).
- Anexo III - Estudo Técnico Preliminar (SEI 55332310).
- Anexo IV - Declaração de Conhecimento ou Vistoria Técnica (SEI 56371572).

Anexo V - Declaração galpão ou armazém, próprio ou locado (SEI 56371634).

Anexo VI - Planilha de Cálculo de Dosimetria de Sanção (SEI 55373922).

Anexo VII - Relatório da execução dos serviços da ETAPA 1 (SEI 56371701).

Anexo VIII - Relatório da execução dos serviços do ETAPA 2 (SEI 56371747).

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRA MONTEIRO DINIZ - Administradora - SPU/SP

ALEXANDRE GONTSCHAROW - Engenharia - SPU/SP

CELSO FERNANDES - Chefe de Seção - Seção de Engenharia e Manutenção Predial -
SEMAP/DIAL/SRA-SP

MARGARETE PEREIRA - Chefe do Serviço de Licitações e Contratos - DIAL/SELIC/SRA-SP

ALINE FERREIRA CAJUHI - Chefe da Divisão de Administração e Logística - DIAL/ SRA-SP

De acordo, Aprovo o Estudo Técnico Preliminar (55332310) e Termo de Referência nos termos do Art. 14º, II, do Decreto nº 10.024 de 2019 e autorizo a abertura do processo licitatório conforme Art. 8º, V do Decreto nº 10.024/2019.

DONIZETI DE CARVALHO ROSA

Superintendente Regional de Administração Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em
São Paulo

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025



Documento assinado eletronicamente por **Margarete Pereira, Chefe(a) de Serviço**, em 25/02/2026, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Monteiro Diniz, Chefe(a) de Seção**, em 25/02/2026, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Gontscharow, Engenheiro(a)**, em 25/02/2026, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celso Fernandes, Chefe(a) de Seção**, em 25/02/2026, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Donizeti de Carvalho Rosa, Superintendente**, em 26/02/2026, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Ferreira Cajuhi, Chefe(a) de Divisão**, em 26/02/2026, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57254763** e o código CRC **6BAD03C1**.
